

----- ATA N.º 4/2025 -----

**SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE FERREIRA DO ZÊZERE
AOS DIAS DEZANOVE DE SETEMBRO
DE DOIS MIL E VINTE E CINCO. -----**

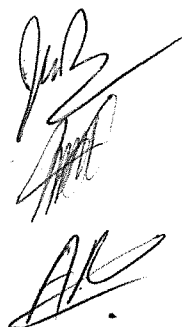
Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e cinco, no Centro Cultural Alfredo Keil, sito em Ferreira do Zêzere, face à convocatória para o efeito remetida oportunamente nos termos regimentais, reuniu este Órgão, sob a presidência de José Manuel Pinto da Silva Casanova, tendo como 1.º e 2.º Secretários, respetivamente, Carlos Ferreira Salgado e Maria Fernanda Gaspar de Moura, com a seguinte **ordem de trabalhos**: -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
2. Apreciação e votação da ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 20 de junho de 2025. -----
3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----
2. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para revogação da deliberação do apoio no valor de 1.246,52€, atribuído à Junta de Freguesia de





Ferreira do Zêzere, para efeitos de execução da obra "Trabalhos de regularização de águas pluviais na localidade de Cardal". -----

3. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para apoio financeiro no valor de 4.358,00€, correspondente à construção de um muro de suporte de terras no cruzamento da Rua Conceição Amor Duarte e a Estrada Ribeira da Lousã, mediante apresentação de comprovativo de pagamento, apresentado pela Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral, nos termos da alínea j), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada Nossa Senhora da Graça, na localidade de Meneixas, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

b) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Alfredo Duarte, na localidade de Lagoa, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

c) Colocação de sinal de trânsito, no cruzamento da Rua da Robária, com a Rua da Cantina, em Pias, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Casal Novo, na localidade de Casais-Areias, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

e) Colocação de sinal de trânsito, em EM520, na Rua General Humberto Delgado, sito na freguesia de Águas Belas; -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada dos Carvalhais, na localidade de Carvalhais, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

- g) Colocação de sinal de trânsito, na Ponte do Rebelo/Cabrieira, na localidade de Rebelo, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- h) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Cerejeira, na localidade de Cerejeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- i) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Horta da Serra, na localidade Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- j) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa D^a. Maria Flor, na localidade Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----
- k) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Bebiano Brito, no lugar de Zorro, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----
- l) Colocação de sinal de trânsito, na Rua João Caldeira, no lugar de Ramal do Beco, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----
5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para que o Plano Diretor Municipal seja sujeito a ratificação pelo Governo, tendo em conta o n.º 2 do artigo 90º, conjugado com o artigo 91º, do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio. -----
6. Apreciação e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar para o ano de 2026, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com a alínea c) do n.º 1 e n.º 5 do art.º 112º, e do n.º 1, do artigo 112º- A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI) na sua atual redação. -----
7. Apreciação e votação da participação variável no IRS, para o ano de 2026, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro, na sua atual redação. -----





8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa da Derrama, a aplicar para o ano de 2026, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos dos n.ºs 1º, 22º, 23º, do artigo 18º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

9. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 3 (Despesa) e Revisão n.º 3 - GOP - Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes), para proceder ao reforço da rubrica orçamental da despesa 02/07010401 e ao reforço da GOP PPI 3-331-2022/55 - Pavimentação e Repavimentação das Vias de Comunicação do Concelho, no valor de 1.000.000,00€, para o ano de 2026, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para integração/afetação da parcela do domínio público municipal, de uma parcela de terreno do prédio sito na Rua Maria Vasques, freguesia de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea q, do n.º 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

12. Compromissos Plurianuais: -----

12.1) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme n.º 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

**INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS** -----

1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Presenças: distribuída a folha de Presenças aos membros da Assembleia Municipal, verificou-se a presença de vinte e um dos seus membros, tendo-se registado a ausência da Deputada Municipal Marisa Alexandra Cotrim Silva, que foi substituída pelo cidadão, Jorge Manuel Godinho Ribeiro. Registou-se também a ausência do eleito local Nuno Filipe Antunes Ramalho. -----

A Câmara Municipal fez-se representar pelo Presidente Bruno José da Graça Gomes, e pelos Vereadores Orlando da Silva Patrício, Sérgio Manuel Roberto Morgado, Hugo Miguel de Freitas Azevedo e Pedro Manuel dos Santos Alberto. ----

Abertura da Sessão: Eram vinte e uma horas e dez minutos quando, verificada a existência de “quórum”, o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, declarou aberta a sessão da Assembleia Municipal, cumprimentando todos os membros presentes da câmara municipal, assembleia municipal, comunicação social e público em geral, dizendo que estava na última sessão do mandato. Informou os presentes que já com a anuência e conversa prévia com os dois líderes de bancada dos dois partidos, e devido a ser a última reunião que estão a realizar, pretendia propor que seguissem o período antes da ordem do dia e ordem do dia e que depois no final, e se ninguém se opusesse, pudessem reservar alguns minutos para algumas intervenções dos líderes e alguém da mesa que queira efetuar alguma intervenção. Como ninguém se opôs à proposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, irão adotar aquela metodologia. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----



1. Apresentação de expediente, nos termos da alínea m) do n.º 1 do artigo 29º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação.-----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, fez uma abordagem breve, de alguns pontos mais importantes da correspondência recebida, informando de alguns webinars que esteve presente através da ANAM, para o devido conhecimento, dizendo que a participação se traduziu num grupo de trabalho que apresentou recentemente na Assembleia da República uma proposta de alteração à lei eleitoral, que irá seguir o seu caminho. Deixou também indicação de que a pasta da respetiva correspondência estava à disposição para quem quisesse consultar.

2. Apreciação e votação da ata da 3ª Sessão Ordinária realizada em 20 de junho de 2025. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal questionou os Senhores Deputados Municipais se pretendiam efetuar alguma alteração à ata recebida que foi enviada oportunamente, pelo que não houve nenhuma intervenção. -----

Colocada à votação, a Assembleia Municipal, deliberou por maioria, com dezanove votos a favor, sendo treze do PS – Partido Socialista, e seis votos do PPD/PSD-CDS.PP, zero votos contra, e duas abstenções, sendo uma do PS – Partido Socialista e uma do PPD/PSD-CDS.PP, devido a não estarem presentes na sessão anterior da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal quis deixar esclarecido que a ata daquela sessão, de dia dezanove de setembro, estará transcrita na minuta, como se combinou na primeira reunião da Assembleia Municipal, e que será colocada a votação na próxima sessão da Assembleia Municipal, seguindo o Código do Procedimento Administrativo, em que os membros que estiveram presentes na



presente sessão e que tenham sido eleitos para a próxima, são aqueles que têm direito a voto para a ata da atual sessão. -----

3. Assuntos gerais de interesse autárquico, ao abrigo do artigo 52º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia, Armando Cotrim, no uso da palavra, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para saber o ponto de situação de uma das grandes obras que está a decorrer no momento, falando na obra do Centro de Saúde. Disse ser uma obra fundamental para o Concelho, que já há muito os ferreirenses a reclamavam. Acrescentou que pelo andamento das obras, tal leva a crer que estará tudo pronto para passar à segunda fase, nomeadamente o mobiliário, equipamentos e serviços, pretendo assim saber o ponto de situação. Continuou falando nas obras do início de funcionamento da extensão de saúde de Areias, aproveitando também para saber como está o processo de obras nas extensões de saúde da Frazoeira e Chãos. Falando no lixo, questionou se é da responsabilidade da Câmara Municipal, e se alguma responsabilidade no assunto em questão, nomeadamente na recolha de monos ou outros objetos que queiram colocar juntos aos ecopontos. Questionou ainda a Câmara Municipal, o que tem feito para alertar ou até mesmo para consciencializar as pessoas, pois parece ao Senhor Deputado Municipal que é isso que falta, uma falta de consciência as pessoas deixarem nos ecopontos, lixo do mais variado, desde sofás a ramas, material de obras, etc. Terminou a sua intervenção, pretendendo saber se a Câmara tem pedido essa responsabilidade. -----

O Senhor Presidente da União das Freguesias de Areias e Pias, António Oliveira, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara colocou três questões, pretendendo saber o ponto de situação das mesmas. A primeira, em relação à

pavimentação da estrada das Galegas, que liga o lugar da Porta a Portela de Vila Verde. Em segundo, em relação à pavimentação da estrada de Vale de Veias, que liga o lugar de Vale de Veias ao Telheiro. Em terceiro, falou no processo da escola antiga de Pias, onde será criada uma incubadora de negócios. Terminou assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Águas Belas, José Pedro Joaquim, no uso da palavra, e querendo saber o ponto de situação de algumas situações, começou por falar nas obras referente à EN 238 em Águas Belas, após finalização da conduta. Quis saber também como estava a situação da zona alta em Vales, uma vez que nas últimas semanas tem havido rebentamentos, pretendo saber se existe algum estudo, alguma viabilidade, se existe mais novidades em relação ao assunto em apreço. Falou sobre a construção do pontão na Rua do Moinho, bem como a colocação de sinalização do desvio de trânsito a pesados na zona do Ameal, querendo também um ponto de situação da mesma, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, João Silva, no uso da palavra, começou por felicitar em nome do Partido Socialista, o executivo, na pessoa do Senhor Presidente, pela aposta no ensino articulado em Ferreira do Zêzere. Disse que se trata de uma mais-valia na oferta e na diferenciação educativa no Concelho de Ferreira do Zêzere, e que embora implique um investimento considerável, continua a achar que a medida reforça a importância de uma política, com forte compromisso na educação, para uma melhor preparação dos alunos e o futuro do Concelho. Continuando no tema da educação, falando sobre a nova escola Pedro Ferreiro, disse que continua a visualizar obra feita, dizendo que o edificado continua a crescer, mas continua a haver ruído relativo ao atraso das obras, e que esse atraso eventualmente poderá trazer consequências financeiras ao Município, pelo que pretendia esclarecimento e

ponto de situação sobre o assunto exposto, para que deixe mais tranquilos àqueles que estão mais preocupados com o assunto. Continuou felicitando o Senhor Presidente por dar a conhecer que irão ter um novo edifício no perímetro da nova escola Pedro Ferreiro, edifício que não estava previsto no projeto inicialmente apresentado. Daquilo que percebeu é um edifício que vem dar acomodação ao Centro de Ocupação Juvenil, bem como às respetivas associações de pais e estudantes, agradecendo por mais esta iniciativa, pois vem resolver um problema, que segundo o segundo o Senhor Deputado Municipal João Silva, considerava muito grave, que era a falta de localização para o COJ, que tem trazido um ótimo serviço àquela comunidade escolar, durante os anos que tem estado em Ferreira do Zêzere. Pretendia saber da parte do Senhor Presidente da Câmara, e uma vez que iniciaram as aulas na segunda-feira passada, e estando já a escola com uma semana de aulas, pretendia saber o balanço que faz do arranque do novo ano letivo, relativo, às responsabilidades municipais na educação, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, António Jesus, no uso da palavra, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara numa área que lhe é muito sensível. Disse que no dia 11 de setembro de dois mil e vinte e cinco, a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, apresentou onze veículos, que serão de várias valências e um barco para servir a Albufeira do Castelo do Bode, onde serão os mesmos distribuídos pelos onze corpos de bombeiros dos Municípios correspondentes à comunidade. Referiu que está prevista a distribuição de vinte equipamentos de proteção individual, para combate a incêndios estruturais para os bombeiros, onde foi referido na cerimónia que já havia uma verba para investimento no CMZ Lago Azul, para um edifício que seria de apoio às operações de combate a incêndios e para formação, pelo que pretendia saber o ponto de situação, ou se existe já algum planeamento para a



referida obra. Aproveitou a sua intervenção para enaltecer, a postura da CIMT em relação aos Senhores Presidentes de Câmara, em relação ao investimento, para o aumento de capacidade de resposta para servir as suas populações e da proteção dos seus operacionais com os vinte equipamentos. Disse ser uma verba bastante avultada, dizendo que seria bom que a população soubesse o esforço que foi feito por todos os Municípios da Comunidade Intermunicipal, para reforçar o braço direito da proteção civil que existe no país, terminando assim a sua intervenção. ----

A Senhora Deputada Municipal, Mónica Antunes, no uso da palavra, e falando da Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, e três meses após o lançamento da primeira pedra, pretendia saber como estão a decorrer as obras, se tem havido constrangimento ou se está a correr tudo dentro do expetável, e de forma a perceber se eventualmente na próxima época balnear já terão a obra concluída. Falando no Espaço Coworking, pretendia um ponto de situação, bem como também na Incubadora de Pias, devido ao projeto já ter sido apresentado em sessão de Assembleia Municipal, não esquecendo também a Casa da Música do Carril, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Deputado Municipal, Pedro Vitorino, no uso da palavra, quis saber o ponto de situação relativo à Loja do Cidadão, nomeadamente em que ponto está dizendo que é um espaço que faz bastante falta a Ferreira do Zêzere. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, e respondendo aos Senhores Deputados Municipais, começou por esclarecer o Senhor Deputado Municipal Armando Cotrim, ao dizer que as obras do Centro de Saúde, estavam a decorrer bem, e estando já em condições de se avançar para a segunda fase. Referiu que o telhado foi colocado na totalidade, e estão já a passar um conjunto de mobiliário para a extensão de saúde de Areias, onde se necessita só de tratar da parte de

informática. Acredita que não faltará muito tempo para que ela funcione, dizendo que ambos os passos estão a decorrer bem. Mencionou que o Centro de Saúde passará para a parte nova e que a extensão de saúde será aberta brevemente, dado ser mesmo uma necessidade de colocar um conjunto de mobiliário, infraestruturas de informática por parte da Unidade Local de Saúde. Disse serem boas notícias, e que são obras que não têm trazido problemas na sua gestão. Falando no problema do lixo, referiu que existe um conjunto de problemas, daquilo que é o bom senso da comunidade. Disse que se todos tivessem um pouco mais de cuidado e pudessem fazer mais quatrocentos metros, teriam o lixo mais ordenado, naquilo que é a colocação do mesmo. Referiu que a responsabilidade da recolha do lixo é da entidade RSTJ – Gestão e Tratamento de Resíduos, E.I.M., S.A., nomeadamente o diferenciado, e que o indiferenciado é da Tejo Ambiente, E.I.M., S.A. Deu conta de que onde acabam de ter um problema maior é o do lixo diferenciado, que pode ser sujeito à reciclagem. Disse não ser um problema só deste concelho, mas do país, mas que a RSTJ tem que se colocar ao caminho. Referiu que de três em três dias, mais o Senhor Vice-Presidente e a Chefe de Divisão responsável por aquele problema, fazem grande força para que a recolha seja mais bem feita, dizendo que acontece um conjunto de difícil gestão, devido aos serviços camarários irem recolher monos a uma sexta-feira, dando conta que logo no dia seguinte, no sábado, está novamente igual. Referiu que por mais que queiram, por mais investimentos que façam, cuja competência não é do Município, o Senhor Presidente disse que não irá assumir competências para a qual a Câmara Municipal paga. Irá sim, exigir a quem pagam, que façam o devido serviço. Referiu que enquanto essas empresas, cuja administração é de alguns Municípios, não fizerem um conjunto de investimentos, não tiverem capacidade de fazer esses investimentos, não tiverem capacidade de





manter recursos humanos, não conseguirem a capacidade de renovar veículos, não acredita que a situação se resolva de um mês para o outro, referindo, que confia no trabalho das administrações, pois estão lá para fazer o melhor. Sabe muito bem que todos passam por dificuldades, seja por falta de liquidez, por aumento de custos operacionais, por regulamentação e legislação nacional, europeia, cada vez mais rigorosa, dando conta que não é de todo, fácil hoje gerir os resíduos. Solicitou assim à população para ter algum cuidado. Relembrou novamente que efetuam um serviço de porta a porta naquilo que é a recolha de monos. Diz fazer campanhas e que colocam informação em determinados sítios a dizer que pode haver coimas, a informar onde é que o lixo tem de ser colocado, onde existe um conjunto de obrigatiedades, dizendo também que tem um espaço para recolha de resíduos verdes, já colocaram vedações, continuando a ser um problema grande, mas que tem de ser resolvido a montante e não jusante. Disse que o Município e pelo menos, enquanto não houver novas diretrizes, irá continuar a pressionar as entidades para que a problemática se resolva rapidamente. Deu conta que também compreende que na maioria dos Concelhos do Médio Tejo, e daqueles que mais conhece, a população duplica ou triplica, e depois a empresa não tem capacidade de recolha para o aumento de população. Disse serem tempos onde as pessoas efetuam renovações de casas, requalificações de habitações. Dizer que irão resolver o assunto amanhã, é mentira. Disse que se por acaso ficarem na Câmara Municipal, e se por acaso a Câmara Municipal ficar na Administração da RSTJ, terão um poder de decisão maior, lembrando de que neste momento estão nas Assembleias Gerais, sendo um pelouro do Senhor Vice-Presidente, que na opinião do Senhor Presidente tem desempenhado da melhor maneira o lugar, sendo uma problemática difícil, principalmente nesta altura do ano. Espera que a empresa possa crescer para que



resolva o problema. Relativo às extensões de Saúde de Chãos e da Frazoeira. Disse querer levar a reunião de câmara uma minuta de protocolo, com ambas as Juntas de Freguesia, para posteriormente avançarem com o certificado energético, para se avançar com o projeto de execução para a requalificação das mesmas e só depois avançarem também com o pedido de financiamento, assim que tiverem os valores e efetuarem as obras que têm que acontecer até junho de dois mil e vinte e seis. Referiu o valor de oitenta mil euros, e com esse compromisso se que abrirá aviso. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal António Oliveira, e relativamente ao pavimento das duas estradas que mencionou, referiu que irão naquela sessão aprovar uma necessidade que é a votação da revisão orçamental número três, das grandes opções do plano, onde o reforço de rubrica, irá permitir lançar concurso para meio milhão de euros. Sendo após eleições, espera que haja empresas para o fazer e que até final do ano as obras iniciem e a pavimentação aconteça. Relativo à escola de Pias, disse que neste momento estão para marcar escritura. Disse existirem uns acertos, cujo técnico responsável pelo cadastro, está a ultimar, e que estando resolvido, é só agendar a escritura, e no fim de estar na posse do Município, é efetuar o lançamento de concurso. Pretendia que ainda fosse em outubro, para que tenha início até final do ano. Passando a esclarecer o Senhor Presidente da Junta de Águas Belas, José Pedro Joaquim, e relativo à Estrada Nacional 238, disse existir naquele momento uma necessidade de alguma conciliação naquilo que são os investimentos, na placa betuminosa. A ADVT – Águas do Vale do Tejo, a Tejo Ambiente, E.I.M., S.A., e a I.P. – Infraestruturas de Portugal, estão a chegar a um consenso relativo a que investimento é que cada empresa vai fazer, devido a haver um conjunto de exigências da I.P., faltando somente esse acerto para que a empresa que está a operar, possa também colocar a placa de betuminoso, e que está para



breve. Em relação a Vales, disse ter pedido reuniões à ADVT, ao Presidente do Conselho da Administração da EPAL – Empresa Portuguesa de Águas Livres, tem pedido à Tejo Ambiente para solicitar reuniões à ADVT. Deu conta de que as entidades têm noção muita clara daquilo que é a necessidade urgente de requalificar a respetiva conduta. Disse que todos sabem que foi lançado um concurso para colocação de betuminoso para a Estrada Nacional 238, de mais de três milhões euros. O Senhor Presidente pretendia muito que a ADVT fizesse a requalificação daquela conduta, antes da colocação do alcatrão na Estrada Nacional 238, que é responsabilidade da I.P, dizendo que se for alcatroada, antes da requalificação da conduta irá haver novamente um conjunto de problemas. Realçou que estão todas as semanas a insistir junto dessas entidades. Relativo ao pontão, referiu que está para ser lançada a empreitada, estando ainda a tentar perceber até onde conseguem ir a nível de investimento. Lembrou os Senhores Deputados Municipais que já tinha informado que só para problemas urgentes, naquilo que são águas pluviais, e falando em quatro ou cinco situações, tem mais de quinhentos mil euros, e que caso fossem para todas as situações, dois ou três milhões não chegavam. Deu então conta de que nas próximas duas semanas serão lançados procedimentos para um conjunto de situações. Falando na sinalização relativa aos pesados, informou que irá ser executada para a próxima semana, dizendo que já tem o parecer da I.P., e que serão à partida colocados os respetivos sinais. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal João Silva, e em relação ao ensino articulado, deu conta de que foi uma luta grande de forma serena, devido a terem o compromisso de que o conseguiriam. Ficou contente de que as aulas começaram de forma tranquila, não houve problemas, dizendo que têm infraestruturas de qualidade, têm professores e o ensino articulado. Relembrou que foi um investimento que obrigou a abdicar de outras situações,



falando num valor de noventa mil euros da Câmara Municipal, referindo que a educação é uma prioridade, e estará sempre presente para defender essas prioridades. O Senhor Presidente da Câmara agradeceu ao Agrupamento de Escolas, agradeceu também à empresa, dizendo que a mesma é certificada, e que têm condições de excelência para dar formação aos alunos. E daquilo que consta junto da escola, a empresa e os pais, está tudo a correr bem. Em relação à escola, disse que efetivamente existe um atraso de cerca dois meses. Disse que reuniu há cerca de quinze dias com o Conselho de Administração, com o Diretor de Obra, e com o responsável de Direção de Obra da empresa, onde foi dito que irá haver reforço de trabalhadores naquela escola, dando conta de que a empresa não pretende nenhuma alteração às obrigações estipuladas no contrato. Disse que a empresa também concorreu aos oito apartamentos que irão arrancar e que terão rendas acessíveis. Referiu assim que se estivessem numa situação delicada não o faziam. Lembra também que se as entidades entendessem que a Câmara Municipal não tinha capacidade para continuar a concretizar obra PRR, dizendo que o Senhor Ministro da Coesão Territorial, deu conta de que Portugal vai cumprir com aquilo que são as metas, lembrando também que a ANMP-Associação Nacional dos Municípios de Portugal, deu conta de que ainda há pouco tempo foi lançado um concurso para a requalificação de vinte escolas, apesar de serem necessárias centenas, e que tal foi entendido como um menosprezo para com os Municípios. O Senhor Presidente da Câmara, entende, que é curioso as expetativas que foram criadas por todos os governos, entendendo que para um presidente de câmara, para uma comunidade que tem as escolas como Ferreira do Zêzere tinha, continuar a não saberem quando as vão requalificar, se tem empréstimo ou não, saber qual a percentagem de financiamento, diz que se faz muito ruído, mas Ferreira do Zêzere tem de estar



muito feliz, explicando que lançarem concurso para vinte escolas, são para dez ou quinze municípios e que se forem para Lisboa, são para duas, três ou quatro, que na sua opinião é importante pensar nestas questões. Deu conta de que irá avançar com mais um bloco, que vai ter o Centro de Ocupação Juvenil, a Associação de Estudantes e a Associação de Pais, sendo um espaço com mais de duzentos metros quadrados. Referiu que se a CCDR entendesse que não houvesse capacidade por parte da Câmara Municipal, tinha declinado, chumbado a vontade da Câmara. Disse então que estava tudo a correr bem. Relativo às aulas, referiu que esteve com o agrupamento de escolas, onde falou com a Associação de Pais, com os técnicos, com os serviços do Município e com aquilo que são as devidas adaptações, os devidos acertos, disse estar tudo a correr bem, naquilo que são as necessidades e as competências do Município. Falou na colocação de professores que está a correr tudo bem, considerando muito positivo o início do ano letivo. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, António Manuel de Jesus, começou por congratular as palavras que disse. Referiu que existe um conjunto de trabalho que não é visível e que a comunidade não o vê, dizendo que os autarcas têm tido uma sensibilidade cada vez maior, para aquilo que é a necessidade de investimento da proteção civil, lembrando os presentes que a Comunidade Intermunicipal foi das primeiras a avançar com aquela candidatura de forma unânime, onde teve a capacidade de rapidamente juntar quatro milhões de euros de fundos comunitários, mas onde teve de abdicar de um conjunto de fundos comunitários a favor da proteção civil, querendo dizer que o Município irá ter um veículo de combate a incêndios rurais, bem como uma embarcação, dizendo que têm lá parte do dinheiro que poderiam ter utilizado para outra situação no Concelho, mas não o quiseram fazer. Frisou que a Comunidade Intermunicipal está bem de saúde, capacitada, onde tiveram há poucos



dias essa entrega de veículos e de uma embarcação. Deu conta de que até comparativamente com outros Municípios saíram beneficiados, pois tem mais a embarcação, e onde tem quinhentos mil euros, um milhão de euros referenciados, para o centro de apoio e aos meios aéreos e centro de formação. Disse estarem a trabalhar para adquirirem o terreno junto ao aeródromo, dizendo que já entregaram a documentação ao proprietário esta semana, e que tal irá ser mais um investimento que terão de fazer, e que tão depressa tenham a posse, tão depressa avançarão com o projeto para início do projeto de execução e depois para a obra, uma vez que tem o compromisso temporal com as entidades e sobretudo com os outros Municípios, devido a ser um investimento que vai poder ser utilizado tanto pelos outros Municípios, como pelo Instituto Politécnico, pelos Bombeiros, existirá um edifício multifunções, que é uma lacuna na região, que acha que irá ser uma mais-valia e uma criação dinâmica para o Concelho. Esclarecendo a Senhora Deputada Municipal, Mónica Antunes e em relação à Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, disse que esteve na zona naquela semana, junto com os serviços técnicos, referindo que na segunda feira próxima irão voltar para a obra. Disse que poderia haver constrangimentos maiores para os banhistas, mas tiveram essa situação em consideração. Deu conta assim que para a semana seguinte a empresa irá continuar com a empreitada, e sem problemas de maior, e que aquilo que mais pretendem é que rapidamente a empreitada se conclua, não tendo a pressão de uma época balnear em curso, com tudo aquilo que pode ter como constrangimentos. Falando na incubadora de empresas, disse que já deu conta, em relação ao espaço Coworking, referiu estarem a receber pedidos e analisá-los, para reforçar a dinâmica daquele espaço. Referente à Casa da Música, deu conta de que o Senhor Vice-Presidente assinou o contrato de estabilização da fachada. Disse que ao longo do mandato tem



sido claro, e mencionando que os membros da Assembleia Municipal sabem bem qual o estado orçamental do Município, bem como sabem que o Município não tem dois milhões e quinhentos mil euros, ou três milhões, para requalificar o respetivo edifício. Devido a essa situação, e porque houve uma janela de oportunidade, a Casa da Música irá ter a estabilização da fachada, para que pelo menos, se mantenha até à data, para que se possa referenciar, e depois tentar ir a fundos comunitários e avançar com a obra. Relembrou que enquanto tiverem uma escola, um centro de saúde, habitação social, ensino articulado, mencionou que não dá para chegar a todo o lado. Não deu para chegar nos últimos doze anos, e também não deu para chegar nos últimos quatro anos. Espera que a empreitada comece antes do inverno, para que não haja mais riscos, em relação aqueles que existiram durante a última década, garantindo que a estabilização irá ser feita. Esclarecendo o Senhor Deputado Municipal, Pedro Vitorino, e falando na Loja do Cidadão, disse ter chegado ao Senhor Presidente naquele dia o layout final. Disse que tiveram um conjunto de conversações com a Agência da Modernização Administrativa, que passou agora a designar-se ARTE – Agência para a Reforma Tecnológica do Estado. Quis dizer que aprovando o layout, estão em condições para poder avançar para a aquisição do edifício, falando num montante de duzentos e setenta mil euros, e onde tem o pressuposto de que abrirá aviso para a Loja do Cidadão, e ao seu interior, referindo-se naquilo que é a sua organização, infraestruturas e afins. Disse estar tudo conciliado com as diversas entidades. Deu conta que tem de terminar a obra até junho de dois mil e vinte e seis, onde irá ser uma mais-valia, esperando que enquanto for Presidente da Câmara, avançar com a aquisição do espaço a pronto pagamento, e iniciar o procedimento, e depois com o projeto de execução. Como já referiu anteriormente, o dinheiro não chega a todo o lado, mas felizmente chegou



para comprar o edifício, dizendo que se não chegasse, perdia-se a oportunidade de ter uma Loja do Cidadão. Deu conta ainda de que se quisessem avançar com empréstimo bancário, por todas as condicionantes que irão acontecer, nomeadamente as eleições, Tribunal de Contas, não teriam condições para fazer a obra até junho. Congratula-se muito de terem conseguido avançar para a aquisição daquele espaço para a Loja do Cidadão, terminando assim os seus esclarecimentos aos Senhores Deputados Municipais. -----

PERIODO DA ORDEM DO DIA -----

1. Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara Municipal acerca da atividade e situação financeira do município, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Ponto devidamente apreciado. -----

2. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para revogação da deliberação do apoio no valor de 1.246,52€, atribuído à Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, para efeitos de execução da obra "Trabalhos de regularização de águas pluviais na localidade de Cardal". -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, e em minuta, aprovar a revogação da deliberação do apoio no valor de 1.246,52€, atribuído à Junta de Freguesia de Ferreira do Zêzere, para efeitos de execução da obra "Trabalhos de regularização de águas pluviais na localidade de Cardal". -----

3. Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal, para apoio financeiro no valor de 4.358,00€, correspondente à construção de um muro de



suporte de terras no cruzamento da Rua Conceição Amor Duarte e a Estrada Ribeira da Lousã, mediante apresentação de comprovativo de pagamento, apresentado pela Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade, e em minuta, nos termos da alínea j), do nº 1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o apoio financeiro no valor de 4.358,00€, correspondente à construção de um muro de suporte de terras no cruzamento da Rua Conceição Amor Duarte e a Estrada Ribeira da Lousã, mediante apresentação de comprovativo de pagamento, apresentado pela Junta de Freguesia de Igreja Nova do Sobral. -----

4. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal atinente aos estudos de sinalização/toponímia abaixo mencionados, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação: -----

a) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada Nossa Senhora da Graça, na localidade de Meneixas, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor do Partido Socialista, zero votos contra, e sete abstenções do PPD/PSD-CDS-PP, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação,



aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Estrada Nossa Senhora da Graça, na localidade de Meneixas, sito na União das freguesias de Areias e Pias. -----

b) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Alfredo Duarte, na localidade de Lagoa, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua Alfredo Duarte, na localidade de Lagoa, sito na União das freguesias de Areias e Pias. -----

c) Colocação de sinal de trânsito, no cruzamento da Rua da Robária, com a Rua da Cantina, em Pias, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, no cruzamento da Rua da Robária, com a Rua da Cantina, em Pias, sito na União das freguesias de Areias e Pias. -----

d) Colocação de sinal de trânsito, na Rua do Casal Novo, na localidade de Casais-Areias, sito na União das freguesias de Areias e Pias; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o



estudo da sinalização de trânsito, na Rua do Casal Novo, na localidade de Casais-Areias, sito na União das freguesias de Areias e Pias. -----

e) Colocação de sinal de trânsito, em EM520, na Rua General Humberto Delgado, sito na freguesia de Águas Belas; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, em EM520, na Rua General Humberto Delgado, sito na freguesia de Águas Belas. -----

f) Colocação de sinal de trânsito, na Estrada dos Carvalhais, na localidade de Carvalhais, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Ponce de Leão de Castro, no uso da palavra, referiu que na documentação que recebeu do ponto em apreço, disse que dá a sensação de que aquele local que está marcada na carta, no P3, não coincide com as fotografias que foram enviadas, ou que o ponto que esteja marcado no mapa esteja mal marcado, é apresentado em outro local, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Câmara com a devida autorização, e no uso da palavra, afirmou que parece que está tudo bem, dizendo que a sinalização é prévia e tem de estar a montante e a jusante do local, não vendo nenhum erro, ou troca de fotografias, na documentação. Após mais algumas análises, pareceu-lhe estar tudo bem, dizendo que fica a referência para solicitar aos serviços para clarificar a situação levantada, dizendo que não é impeditivo para aprovação. O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, questionou então se poderiam proceder a uma votação sob condição, para que a situação fosse corrigida, ou se adiava o ponto em



apreço para outra sessão, ao que o Senhor Presidente da Câmara referiu que era só entregar o fotomapa correto, devido a terem a planta, e que o estudo está correto, e se assim o entenderem, devido a ninguém colocar em causa o sítio onde é. Assim sugeria que o fotomapa pudesse ser corrigido e/ou clarificado e enviado aos Senhores membros da Assembleia Municipal. Assim o Senhor Presidente da Assembleia questionou os Senhores Deputados Municipais se aceitavam aquela sugestão para não atrasar o ponto em apreço, e colocar então à respetiva votação, ao que ninguém se manifestou. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do PPD/PSD-CDS-PP, zero votos contra, e seis abstenções do PPD/PSD-CDS-PP, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar sob condição, o estudo da sinalização de trânsito, na Estrada dos Carvalhais, na localidade de Carvalhais, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

g) Colocação de sinal de trânsito, na Ponte do Rebelo/Cabrieira, na localidade de Rebelo, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Ponte do Rebelo/Cabrieira, na localidade de Rebelo, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

h) Colocação de sinal de trânsito, na Rua da Cerejeira, na localidade de Cerejeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----



Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua da Cerejeira, na localidade de Cerejeira, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

i) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Horta da Serra, na localidade Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua Horta da Serra, na localidade Chão da Serra, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

j) Colocação de sinal de trânsito, na Travessa D.ª Maria Flor, na localidade Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere; -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Travessa D.ª Maria Flor, na localidade Ferreira do Zêzere, sito na freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

k) Colocação de sinal de trânsito, na Rua Bebiano Brito, no lugar de Zorro, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto; -----

Não houve intervenções. -----



Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua Bebiano Brito, no lugar de Zorro, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

D) Colocação de sinal de trânsito, na Rua João Caldeira, no lugar de Ramal do Beco, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea g) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar o estudo da sinalização de trânsito, na Rua João Caldeira, no lugar de Ramal do Beco, sito na freguesia de Nossa Senhora do Pranto. -----

5. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para que o Plano Diretor Municipal seja sujeito a ratificação pelo Governo, tendo em conta o nº 2 do artigo 90º, conjugado com o artigo 91º, do Decreto-Lei nº 80/2015 de 14 de maio. -----

O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra, quis efetuar um ponto de situação relativo ao assunto em apreço, para terem uma perceção e para um conjunto de pessoas que dizem que o Senhor Presidente não tem pulso, dando conta de que aquela situação em concreto demonstra que o Município teve pulso, ao ponto de terem o Ministério Público a questionar por que razão é que houve uma eventual inconformidade entre o PDM – Plano Diretor Municipal e o PROT – Plano Regional de Ordenamento do Território e de forma sucessiva o Plano de Ordenamento da Barragem de Castelo de Bode. Referiu que já o disse em Assembleia Municipal que



teve um confronto grande com o Senhor Secretário de Estado do governo do Partido Socialista, referindo que disse também na reunião que assumia que iriam aprovar o PDM, uma vez continuar a achar que não há incompatibilidade naquele espaço junto ao rio. Referiu que a CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, também continua a achar que não há inconformidade, mencionando que o Senhor Secretário de Estado da Administração Local do governo do Partido Socialista, que também estava em reunião, acha que não há inconformidade. Disse que dessa reunião saiu uma proposta de resolução do Conselho de Ministros que o governo do Partido Socialista, não quis levar a Conselho de Ministros. Deu conta que agendou uma reunião com o antigo Secretário de Estado da Administração Local, do anterior governo do Partido Social Democrata, dizendo que as coisas ficaram na mesma, e como o Senhor Secretário de Estado do Ambiente do governo do Partido Socialista, tinha dito e enviando alguns recados, disse que era muito provável que o assunto em apreço fosse para Ministério Público. O Senhor Presidente da Câmara disse de forma muito categórica que não tinha problemas com a situação, pois primeiro estava Ferreira do Zêzere. Foi recebido um ofício por parte do Senhor Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, onde o Senhor Presidente da Câmara também já enviou resposta. Disse que o assunto foi para o Tribunal de Administração Fiscal de Leiria, e porque a Câmara Municipal é um órgão autónomo, continuam a achar que tem razão, continuam a não querer ficar numa situação delicada para com o promotor, pois já investiu um milhão de euros naquela situação, entre advogados, aquisição de terrenos. Referiu que tem no Ministério no Ambiente uma reunião marcada ainda no mês de setembro. E porque a Câmara Municipal pretende passar a responsabilidade para o Conselho de Ministros, entenderam depois de analisar a situação, que a Câmara e a Assembleia Municipal



iriam querer sujeitar a ratificação do PDM em Conselho de Ministros. Quis dizer com aquilo que já depois de terem clarificado a situação perante o Tribunal, irão passar a “batata quente”, outra vez ao governo em particular para o Conselho de Ministros. Disse não saber o que irá dar a reunião, mas sabe se tivessem seguido aquilo que o Senhor Secretário de Estado do Ambiente do Partido Socialista queria, não teriam o problema resolvido e que só depois do problema resolvido é que aprovariam o PDM. Referiu que, para que não fiquem com medo, se o Tribunal de Contas entender que há uma desconformidade, se o Conselho de Ministros entender não ratificar o PDM, o Senhor Presidente da Câmara acha que o que pode acontecer é suspenderem aquele espaço e tudo o que é o devido ao seu licenciamento. Deu conta que aquele espaço não tem nada a ser licenciado, dizendo que eventualmente poderão licenciar um pequeno espaço turístico, que considera difícil, mas que se APA – Agência Portuguesa do Ambiente e consequentemente o Senhor Secretário de Estado do Ambiente, que é quem tutela, ou o Presidente da APA, o Senhor Dr. Pimenta Machado, e se todos eles entenderem, resolve-se a bem, se não se entenderem, vão declarar inconformidade, vão ficar com a responsabilidade de balizarem aquela inconformidade, parecendo-lhe que perante o promotor, se alguém terá essa responsabilidade é a APA e quem a tutela, e o governo. Disse então que tomaram aquela decisão, e que agradece o voto de confiança naquilo que é uma estratégia que foi definida aquando do início do mandato, esperando que se resolva rapidamente, até porque o promotor ou resolve esta situação até à conclusão da revisão do Programa Especial de Ordenamento da Barragem de Castelo de Bode, ou esse programa vem efetivamente impedir qualquer licenciamento e infraestrutura naquele espaço. Disse existir uma janela de oportunidade, em que alguns entendem ser possível e que devia acontecer, mas o



Senhor Presidente da APA, entente que não, querendo assim perceber se o atual governo quer resolver a situação. Entende que um promotor não deveria estar anos e anos aguardar uma resposta, mas também para dar a conhecer como as coisas funcionam, terminando assim os seus esclarecimentos em relação ao ponto em apreço. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, e daquilo que pôde ouvir disse que o PDM em si não está posto em causa, mas sim o ponto oitenta e nove que refere aquela situação específica, sendo isso que terá de ser aprovado em Conselho de Ministros e não todo o PDM, questionando o Senhor Presidente da Câmara, ao que respondeu que a ferramenta que permite resolver essa inconformidade é aquela ratificação em Conselho de Ministros ou uma resolução de Conselho de Ministros, que podia ser tratada mais cedo, mas que ninguém teve a coragem de tratar infelizmente, esclarecendo assim o Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, tendo em conta o n.º 2 do artigo 90º, conjugado com o artigo 91º, do Decreto-Lei n.º 80/2015 de 14 de maio, aprovar que o Plano Diretor Municipal seja sujeito a ratificação pelo Governo. -----

6. Apreciação e votação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar para o ano de 2026, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com a alínea c) do n.º 1 e n.º 5 do art.º 112º, e do n.º 1, do artigo 112º- A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI) na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----



Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com a alínea c) do n.º 1 e n.º 5 do art.º 112.º, e do n.º 1, do artigo 112.º-A do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (CIMI) na sua atual redação, aprovar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), a aplicar para o ano de 2026. -----

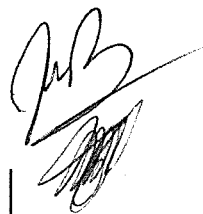
7. Apreciação e votação da participação variável no IRS, para o ano de 2026, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea c) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, conjugada com o n.º 1 do artigo 26.º da Lei n.º 73/2013, de 2 de setembro, na sua atual redação, aprovar a participação variável no IRS, para o ano de 2026. -----

8. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal relativa à Taxa da Derrama, a aplicar para o ano de 2026, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos dos n.ºs 1.º, 22.º, 23.º, do artigo 18.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Deputado Municipal, Jorge Ponce de Leão de Castro, no uso da palavra, começou por referir que leu com atenção o documento, e que a taxa de derrama que se aplica no Concelho de Ferreira é de zero vírgula cinco por cento. Referiu haver várias considerações, várias propostas de diminuição da taxa e até anulação para



valores até duzentos e cinquenta mil euros, mas para valores acima não se fala em nada, deduzindo que se mantém para as empresas que têm resultados de mais de duzentos e cinquenta mil euros, a taxa de zero vírgula cinco por cento, terminando assim a sua intervenção. -----

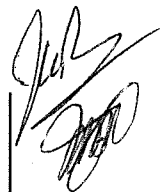
O Senhor Presidente da Câmara, esclareceu a dúvida do Senhor Deputado Municipal. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, ao abrigo da competência que lhe é conferida pela alínea d) do n.º 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação e nos termos dos n.ºs 1º, 22º, 23º, do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, aprovar a Taxa da Derrama, a aplicar para o ano de 2026. -----

9. Apreciação e votação da Revisão Orçamental n.º 3 (Despesa) e Revisão n.º 3 - GOP - Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes), para proceder ao reforço da rubrica orçamental da despesa 02/07010401 e ao reforço da GOP PPI 3-331-2022/55 - Pavimentação e Repavimentação das Vias de Comunicação do Concelho, no valor de 1.000.000,00€, para o ano de 2026, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, quis dar conta de que é um investimento avultado, e que não o irão utilizar para efeitos de qualquer campanha, querendo-o deixar claro naquela sessão. O investimento vai existir, mas para todos os políticos, que vão vendo nas redes sociais de que quando há eleições há alcatrão, em Ferreira do Zêzere há eleições e que o alcatrão em Ferreira do Zêzere só acontecerá depois das eleições, terminando assim a sua intervenção. -----

A Senhora Deputada Municipal, Sara Diogo, no uso da palavra, começou por referir que nada tem a opor, mas pelo contrário, acha muito importante que a Câmara Municipal continue a apostar na educação. Disse que trabalha no Concelho de Ferreira do Zêzere há trinta anos em educação e sempre foi uma coisa que gabou fora do Concelho de Ferreira do Zêzere, é que o investimento que o executivo sempre fez na educação e o atual executivo manteve essa tradição. No entanto, acha que se investe muito mais no ensino obrigatório, dando o exemplo do não pagamento de livros do primeiro ciclo, os alunos tomam a alimentação a um preço simbólico, tudo isto via Ministério da Educação, e dos apoios que a autarquia dá, não pagando transportes, tem participação nos cadernos de atividades, recebem bolsa de material, e sendo assim é muito bom estudar em Ferreira do Zêzere. Mas que, no entanto, quando acabam o estudo no secundário, as famílias veem-se com dificuldades financeiras graves, muitas delas, para manter os seus filhos a estudar fora de Ferreira do Zêzere. Dando conta que todos sabem que os custos de estudar no ensino superior, são cada vez mais altos, nomeadamente o alojamento que é caríssimo, a alimentação, os transportes, o material, as propinas, que são fatores de desequilíbrio dos orçamentos familiares, dizendo que se tem cada vez mais de apostar na formação a nível superior, apostando no apoio aos jovens de Ferreira do Zêzere. Falou no regulamento do ponto em apreço, em que acha demasiado complicado, dizendo se pretendem efetivamente dar apoio, não podem complicar as candidaturas. Deu conta de que se repararam na quantidade de documentação que é exigida a quem faz a candidatura, quase que as letras do alfabeto não chegam, quando começam no A e acabam no S. Disse não ser preciso tanto documento, pois alguns deles são na sua opinião verdadeiramente redundantes. Deu o exemplo de que quando se pede o IRS, há toda uma série de documentação que é pedida a seguir que



Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por maioria e em minuta, com catorze votos a favor do Partido Socialista, um voto a favor do PPD/PSD-CDS-PP, zero votos contra, e seis abstenções do PPD/PSD-CDS-PP, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a Revisão Orçamental n.º 3 (Despesa) e Revisão n.º 3 - GOP - Grandes Opções do Plano (PPI-Plano Plurianual de Investimentos e AMR - Atividades mais relevantes), para proceder ao reforço da rubrica orçamental da despesa 02/07010401 e ao reforço da GOP PPI 3-331-2022/55 - Pavimentação e Repavimentação das Vias de Comunicação do Concelho, no valor de 1.000.000,00€, para o ano de 2026. -----

10. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, para integração/afetação da parcela do domínio público municipal, de uma parcela de terreno do prédio sito na Rua Maria Vasques, freguesia de Ferreira do Zêzere, nos termos da alínea q, do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

Não houve intervenções. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea q, do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação, aprovar a integração/afetação da parcela do domínio público municipal, de uma parcela de terreno do prédio sito na Rua Maria Vasques, freguesia de Ferreira do Zêzere. -----

11. Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal, do Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

não é necessária. Pede para não complicarem a vida das pessoas. Perante o que acabara de dizer, disse ter uma sugestão a fazer ao Senhor Presidente da Câmara, ou para quem venha a seguir. Disse que tem sido uma política da escola, achando que da autarquia também, fazer um esforço grande para manter os alunos do secundário em Ferreira do Zêzere, evitando assim a fuga para o Concelho vizinho, exceto daqueles que não se pode de todo manter em Ferreira do Zêzere, porque pretendem ofertas que Ferreira do Zêzere não tem. Disse que até já se pensou, e em reuniões com a autarquia, de que forma se poderia dar um “miminho” aos alunos que pretendem mesmo ficar em Ferreira do Zêzere e que não se vão embora. Questionou, porque não, e não sendo assim tantos, deixando até ao Senhor Presidente da Câmara, se pretender saber quantos é que entraram no ensino superior, quem foi e para onde foram, questionando, porque não, todos os alunos que acabam o secundário no Concelho de Ferreira do Zêzere, ou que forem para fora estudar com ofertas que Ferreira do Zêzere não tem, se entrarem no ensino superior terem a referida bolsa. Disse que o valor poderia depender, referindo que se fez cá o secundário e quer continuar a estudar depois fora, o concelho ajuda aquela família a manter o aluno no superior onde dar-se-á essa bolsa. E em relação aos outros que foram estudar para fora quando poderiam estar em Ferreira do Zêzere, então sim, façam a devida candidatura, que entreguem a documentação, nomeadamente o IRS que é suficiente, onde posteriormente a autarquia decidirá a quem mais quer entregar essa bolsa, terminando assim a sua intervenção com a sugestão para que possam analisar e pensar sobre ela. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, e no seguimento da intervenção da Senhora Deputada Municipal Sara Diogo, fez uma retrospectiva, do que foi estar do lado da oposição vários anos, no tempo do antigo executivo, dizendo



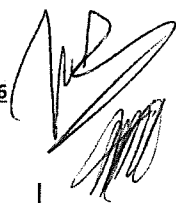
que foi muito crítico muita vez com o antigo executivo, devido à entrega das bolsas ser muito tarde, e porque também não tinha uma noção completa daquilo que são as dificuldades e naquilo que às vezes também há astúcia para entrega dessa documentação. Disse que tem noção disso e o referiu muita vez nas sessões de Assembleia Municipal, onde colocou em causa a razão pela qual a entrega era tão demorada. Começou por defender a questão do regulamento em apreço. Disse que é sujeito semanalmente, a um conjunto de pessoas que dizem que esta ou aquela pessoa não tem necessidade de uma bolsa, bem como também já aconteceu não conseguirem entregar as totalidades das bolsas neste mandato. Tomaram iniciativa de as aumentar, esperando que consigam entregá-las na sua totalidade, dizendo que já efetuou esse exercício de que efetivamente, há um conjunto de documentação que é bastante exigente, referindo que existe um conjunto de apoios que são dados por várias entidades de Ferreira do Zêzere, dando conta que na sua opinião é injusto acumular. Disse que entende que será mais justo entregar um conjunto de bolsas a quem realmente necessita e ter uma noção cada vez mais exata daquilo que são as necessidades das famílias em detrimento de abrir a “Caixa de Pandora”, e ajudar quem não precisa, não conseguindo chegar a ajuda a quem precisa. Justificou ser aquela razão pelo qual o regulamento é da forma que está elaborado. Por mais que queiram, já tiveram um conjunto de discussões alargadas relativamente áquilo que são os apoios dos municípios, lembrando que ainda há pouco tempo a colega da Câmara Municipal de Alpiarça, foi bastante criticada, tendo que ir defender-se à televisão. Deu conta que uma coisa é certa, ou existe regulamentação para se conseguir de forma muito clara perceber quem é que tem necessidades ou não, ou corre-se o risco de estar a dar apoio a quem não tenha necessidade. Disse que gostaria de ser como a Câmara Municipal de Oeiras e ter os



apoios que Oeiras tem, pois dá bolsas de estudo a todos os alunos que vão para o ensino superior. Disse que tem de se perceber que o Município de Ferreira do Zêzere não tem capacidade orçamental para o conseguir, dando a ideia de que terão de abdicar de outras situações. Referiu que o Concelho de Oeiras tem dificuldades para encontrar soluções para o dinheiro que tem, no caso de Ferreira do Zêzere, há a dificuldade de encontrar dinheiro para as vontades que existem, sendo muito diferente. Deixa também o compromisso naquela sessão e se ficar no executivo, de olhar para aquele assunto com a importância devida e de poder premiar quem efetivamente fique em Ferreira do Zêzere e que vai para o ensino superior, ou quem vai para o ensino superior, por não terem oferta em Ferreira do Zêzere. O objetivo é que o Regulamento seja cada vez, mais justo, o que não é fácil, até porque a nível dos serviços ocupa muito tempo, trazendo muita vez problemas, onde muitas das vezes as pessoas não conseguem perceber a razão pela qual são excluídas, onde muitas vezes não entregam documentação, onde outras vezes percebem que já acumulam outras bolsas, onde nestas circunstâncias é um assunto difícil de gerir para o Senhor Presidente da Câmara, devido a ter que conseguir ter a capacidade calmamente de explicar às pessoas a razão pela qual isso aconteceu. A Senhora Deputada Municipal Sara Diogo interveio, ao que o Senhor Presidente disse que trabalham para conseguirem diminuir um bocado a dualidade de critérios, relativo ao rendimento das pessoas mensalmente, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, mencionou que as propinas irão subir e que irão ser adaptadas a cada um dos cursos, o que será muito mais difícil. -----

Colocado à votação a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade e em minuta, nos termos da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013 de 12 de



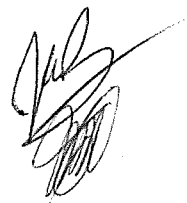
setembro, na sua atual redação, aprovar o Regulamento Municipal de Atribuição de Bolsas de Estudo aos Alunos do Ensino Superior. -----

12. Compromissos Plurianuais: -----

12.1) Apreciação dos compromissos plurianuais (quadro 1), efetuados ao abrigo da autorização da Assembleia Municipal de 4 de dezembro de 2021, conforme nº 1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro. -----

Tomaram conhecimento. -----

Antes de passar para a Intervenção aberta aos cidadãos, e conforme o que o Senhor Presidente da Assembleia havia combinado com os líderes parlamentares, disse que ia seguir a metodologia combinada, mas antes, o Senhor Presidente da Assembleia gostaria de fazer uma pequena consideração. Disse estar na última reunião, informando que iria escolher aleatoriamente duas pessoas, respeitando a paridade, para nomeá-las e irá nessas pessoas centralizar o agradecimento da Assembleia, e também como não se recandidatam a nenhum lugar, desejar-lhes no futuro as máximas felicidades e que a vida lhes siga conforme o caminho que pretendem que queiram, cheios de sucesso. Referiu-se à Senhora Deputada Municipal Joana Sousa, e ao Senhor Deputado Municipal Filipe Figueiredo, ficando o profundo reconhecimento. Continuou fazendo um reconhecimento, pelo que não irá pedir nenhum voto dos membros da Assembleia, por não se estar em período de acrescentar pontos à ordem de trabalhos, mas que irá ler um pequeno texto, que pretende que fique em ata como reconhecimento. Procedeu à leitura do texto que segue na íntegra a seguir escrita: *“A Assembleia Municipal reunida a dezanove de setembro de dois mil e vinte e cinco, na sua última sessão ordinária do presente mandato, expressa o seu reconhecimento público, aos seus membros, Carlos Ferreira Salgado, e José Manuel Gomes Duarte, que não se recandidatam nas*



próximas eleições. A Assembleia Municipal valoriza o seu exemplo como cidadãos, a forma como dignificaram os seus cargos e o seu trabalho e dedicação de décadas aos cidadãos ferreirenses e ao seu Concelho. Consideramos serem credores do nosso agradecimento público, por tudo o que fizeram por Ferreira do Zêzere. Muito obrigado.” Após a leitura do texto, o Senhor Presidente da Assembleia, questionou o Senhor Deputado Municipal José Manuel Gomes Duarte, se pretendia efetuar alguma consideração, ao que o mesmo se dirigiu ao púlpito para falar. Assim, o Senhor Deputado Municipal, José Manuel Gomes Duarte, no uso da palavra, e dirigindo-se a todos apenas como caros amigos, em que estão todos os presentes incluídos. Disse que está ali naquela sessão, pela última vez, dizendo que é fácil e não o é, devido a que já lá vão vinte anos. Esteve muitas vezes em Assembleias Municipais, com muitas pessoas e tem condições para em primeiro lugar, querer agradecer ao seu grupo parlamentar, por todo o apoio inextinguível que teve e tiveram nas sessões como pessoas competentes, como pessoas conhecedoras das coisas, que vieram sempre numa perspetiva diferente daquilo que estão habituados às Assembleias Municipais. Referiu que não se procurou tanto discutir por discutir, guerrear, arranjar guerra, mas falar concretamente, expondo a experiência e conhecimento de cada um. A intervenção que a Senhora Deputada Sara Diogo fez anteriormente é exemplo disso, sem dúvida nenhuma, mas também quis deixar uma nota de reconhecimento ao grupo parlamentar do Partido Socialista, que foram fantásticos no aceitar, no dialogar, no discutir das questões com cabeça, tronco e membros. Entende assim que foi uma assembleia muito positiva ao longo daqueles quatro anos. Referiu que não poderia ser de outra maneira sem ter a presidência do mestre Casanova. Chama-lhe mestre devido a que na sua opinião pessoalmente, foi o melhor presidente de Assembleia Municipal que a Assembleia Municipal de Ferreira



do Zêzere já teve, dizendo que foi realmente uma pessoa que soube lidar com as coisas, com força, com a força necessária, e sempre sem tibiezas, sempre sem meias palavras e sempre diretamente com as pessoas e com os interlocutores. Deu conta que foi extremamente agradável, continuar com a presença do Dr. José Casanova. Continuou dizendo que por último, deixar um voto de muita amizade e reconhecimento aos funcionários municipais, que estiveram sempre nas sessões dedicando o seu trabalho, que para além do seu trabalho profissional, o apoio que deram aos trabalhos da Assembleia Municipal. Disse que há uns tempos esteve quase a apagar o fogareiro, mas não vai esquecer nunca, do apoio, da amizade que lhe deram e até da preocupação de seguirem o Senhor Deputado Municipal à rua para ver o que estava a acontecer. Agradeceu a toda a gente, dizendo que foi muito bom estar na assembleia municipal os anos todos com as respetivas pessoas. Falando na Câmara Municipal, e vereadores, disse estar tudo na mão do povo, e que está tudo bem entregue, desejando assim felicidades a todos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, agradeceu as palavras do Senhor Deputado Municipal, José Manuel Gomes Duarte, que ficarão guardadas dentro de si. -----

O Senhor Deputado Municipal e primeiro secretário da Mesa da Assembleia Municipal, Carlos Ferreira Salgado, no uso da palavra, começou por agradecer as palavras do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, dizendo que foram um pouco exageradas, mas talvez devido à grande amizade que tem com o Senhor Presidente há cinquenta e dois anos. Disse que não irá recandidatar-se como elemento da Assembleia Municipal por uma razão muito simples, ao dizer que já tinha informado o Senhor Presidente da Câmara, que deveriam colocar pessoal mais jovem, para aprender as coisas da Assembleia Municipal. Disse serem ciclos da



vida, mencionando que já anda no associativismo e na política há cinquenta anos, desde mil novecentos e setenta e cinco e que na política começou com o Senhor José Duarte, no mesmo dia, num partido diferente, para caminhos diferentes, mas que pensam da mesma maneira, dizendo que ambos pretendem o melhor para Ferreira do Zêzere. Quis agradecer a duas pessoas, dizendo que quando começou na política teve duas pessoas que foram os seus colaboradores mais diretos, querendo agradecer ao Senhor António da Farmácia e ao Senhor Manuel Simões, nomeadamente nos oito anos que passou com eles e que fizeram muito trabalho, apesar das dificuldades que tiveram. Disse serem a única Junta de Freguesia, na altura, fora do sistema. Quis também agradecer a duas pessoas que já cá não estão, e que ensinaram muito a trabalhar na política com a sua honestidade, com a sua transparência, nomeadamente o Senhor Engenheiro Zé André, e o Senhor Dr. Jorge Godinho, de que tem grandes saudades e que eram grandes amigos. Relativo aos anos todos que teve contato com os funcionários da Câmara Municipal, agradeceu a todos eles, àqueles que já se foram embora, àqueles que infelizmente já faleceram e aos atuais, agradecendo do fundo do coração, a maneira como sempre trataram o Senhor Deputado Municipal, com dignidade, com amizade, desejando a eles as maiores felicidades, quer pessoais, quer familiares. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Assembleia, e dizendo que se queixa muita vez nas suas conversas que o Senhor Deputado Municipal é responsável por noventa por cento de o Senhor Presidente da Assembleia estar ali hoje. Disse que em boa hora o fez, pois é reconhecido por todos e pegando nas palavras do Senhor Deputado Municipal, José Manuel Gomes Duarte, é também na sua opinião, o melhor Presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere. Referindo-se ao Senhor Deputado Municipal, João Silva, pediu desculpa de o ter



metido ao “barulho”, agradecendo também a sua disponibilidade. Terminou dizendo que são ciclos que passam e que haverá outros ciclos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, José Manuel Casanova, no uso da palavra, quis dirigir-se pela última vez aos seus conterrâneos, mas particularmente àquela Assembleia Municipal, e à sua atual composição. Quis prestar um profundo agradecimento a todos os Senhores Deputados Municipais, quer individual, quer coletivo. Disse que não sabe se se recordam, mas da primeira vez que o Senhor Presidente da Assembleia se dirigiu a todos, defendeu que as Assembleias Municipais e que a política deviam seguir uma orientação de Francisco Sá Carneiro, que disse muito, e muito bem que *“a política sem risco era uma chatice, mas que sem ética era uma vergonha”*. Pensa que a atual Assembleia Municipal cumpriu totalmente aquela primeira palavra que dirigiu há quatro anos. Isso deixa ao Senhor Presidente da Assembleia um orgulho imenso, que também deve ser transportado por cada um dos senhores Deputados Municipais, nas suas vidas futuras. Aproveitou também, e apesar de tudo, e que embora os elogios fiquem sempre bem para quem é elogiado, mas não quis deixar de pedir alguma desculpa por qualquer coisa que possa eventualmente ter feito ou se tenha excedido em algum momento, nas funções que desempenhou, onde o faz publicamente para todos senhores Deputados Municipais, inclusive o público que está presente. Não quis deixar de passar essa oportunidade de pedir desculpa. Continuou dizendo que se lhe permitem, gostaria de apresentar uma resenha daquilo que foi a atividade da Assembleia Municipal, nos últimos quatro anos de mandato. Apresentou uma apresentação e retirou da estatística que iriam visualizar seguidamente, que na brincadeira chama de atividades lúdicas, que é a aprovação de sinais, pedindo para visualizarem o número total de deliberações ao longo dos anos, aquelas que foram obtidas por unanimidade

e as que foram obtidas por maioria. Gostaria de realçar naquela sessão, que aqueles números só foram possíveis graças ao entendimento sempre presente entre o Presidente da Assembleia e a mesa e os líderes dos Grupos Parlamentares. Referiu que não houve momento nenhum ao longo dos quatro anos de mandato, em que sempre que havia qualquer circunstância diferente daquilo que era habitual, não fossem contactados individualmente, não fossem ouvidos previamente e não fosse obtido um consenso para aquilo que era depois a Assembleia Municipal. E prosseguiu, dizendo que uma das atividades da Assembleia Municipal foi a descentralização junto das Juntas de Freguesia, tornando as Assembleias mais vivas, mais próximas dos cidadãos, bem como outra situação que foi aprovado e que fizeram, e que foram as transmissões/visualizações por via streaming, quer diretas ou às vezes numa ou outra circunstância que não foram possíveis de as fazer em direto. Chamou a atenção para uma outra situação que também se aprovou na Assembleia Municipal, e que foi a criação de um site independente da Assembleia Municipal, não incluído no Município. Deu conta de que o site já existe, já está criado e que para o futuro, todos os cidadãos, preferencialmente antes de cada uma das Assembleias Municipais, passarão a ter acesso a todos os lotes de documentos que foram discutidos em cada uma das sessões e onde serão também colocadas as respetivas deliberações de cada um desses pontos. Referiu que tornará a atividade da Assembleia Municipal mais transparente, mais escrutinável e mais respeitada. Demonstrou os anos todos, com o número das visualizações, não querendo deixar de referir que foi com o apoio dos Senhores Deputados Municipais, que foi criada a Assembleia Municipal Jovem, a Assembleia Municipal Sénior, e interferir politicamente chamando a atenção para a democracia junto dos jovens e também defendendo os mais seniores, que são aqueles que nunca se deve esquecer.





Apresentou um quadro global de visualizações das transmissões efetuadas, onde é apresentado o número de das mesmas de cada ano, sendo evidente que não se pode ter a veleidade de dizer que a mesma pessoa foi ver as quatro, cinco assembleias, não sendo necessário entrar por essa via, mas no total as transmissões foram visualizadas por quatro mil e duzentas e setenta cidadãos, sendo um dado importante, achando que se pode continuar a melhorar num futuro próximo. O Senhor Presidente gostaria também de não deixar em claro, duas outras atividades que se fez pela primeira vez no Concelho de Ferreira do Zêzere, falando na Assembleia Municipal Temática do Ambiente, e que devido ao esforço da assembleia e à sua capacidade de transversalidade na pressão que pôde fazer e devido também à colaboração de todos no assunto do Ambiente, conseguiu-se resolver um problema de décadas relativo à COMAVE e conseguiram, como até agora e onde estão todos de acordo com essa situação, também ter o problema da Biocompost, que está a encerrar a sua atividade neste momento, onde virá logo que possível uma nova empresa que irá tomar conta daqueles terrenos, que irá comprar terrenos associados para permitir a sua atividade, e está essa empresa para elaborar um plano para aprovação da Câmara Municipal, para posteriormente avançar naquilo que se prende com a sua futura atividade. Disse que tudo o que disse só foi graça aos funcionários, a todos os que estão na sessão e que não estão, graças aos Senhores Deputados Municipais todos, graças, particularmente aos líderes de bancada. Gostaria que ficasse claro também, que a interpretação da forma como cada cargo deve ser e reproduzido desde que dentro da lei depende muito da figura ou da pessoa que ocupa o cargo em qualquer situação, em qualquer atividade que exista. Disse que procurou fazer de um cargo, um cargo não figurativo, mas um cargo ativo, e nesse sentido procurou exercer esse cargo com o máximo de



tratamento de todos com igualdade. Disse que um presidente da Assembleia Municipal deve estar acima da partidarite, do que é demasiado partidário, deve usar de recato, perante aquilo que é a utilização absurda e desmedida das redes sociais, perante aquilo que são os seus pronunciamentos e as formas como deve e quer intervir, e que deve acima de tudo, assegurar que todos os membros da Assembleia Municipal, sejam tratados com igualdade. Referindo que só assim poderão também tratar os concidadãos da mesma forma. Disse que é também evidente que tudo só foi possível, com todos os Senhores Deputados Municipais, sem exceção nenhuma, que puseram sempre os interesses dos ferreirenses, acima dos interesses individuais ou dos interesses das forças políticas que elegeram os atuais membros da Assembleia Municipal. E se isso não acontecesse ou não tivesse acontecido, disse que não estariam hoje naquela sessão como estão. Não quis também deixar de referir graças ao empenho dos membros da Assembleia Municipal e graças ao trabalho desenvolvido, a Assembleia Municipal recebeu dois prémios, da Associação Nacional das Assembleias Municipais, ao longo dos quatro anos de mandato. Situação inédita também nas Assembleias Municipais do Concelho de Ferreira do Zêzere, dizendo que dentro da ANAM, procurou sempre partilhar e colher da experiência das pessoas, bem como dos grupos de trabalho em que se integrou, e que nesse sentido, lutou e se for reeleito, continuará a lutar pela revisão da lei das finanças locais, por forma a que haja um complemento de interioridade. Referiu que se há um complemento de insalubridade, não se entende porque é que não existe um complemento de interioridade, que permita que os Concelhos do interior se possam desenvolver de uma forma mais harmoniosa e mais sustentável. Continuou dizendo que continuará a lutar fazendo parte do grupo de trabalho pela revisão da lei eleitoral. Deu conta de que a ANAM elaborou uma proposta que entregou



recentemente, na Assembleia da República, defendendo mandatos de seis anos, defendendo que os executivos seriam entregues ao candidato mais votado na lista da Assembleia Municipal, defendendo a liberdade do candidato poder escolher os seus colaboradores, dentro dos membros da Assembleia Municipal, ou fora dos membros da Assembleia, defendendo ainda o reforço do papel das Assembleias Municipais, que tem até ao momento, um papel decorativo, onde devem passar a ter um papel ativo, mais frequente, e a ter um papel que as torne o reflexo da democracia de cada um dos concelhos e o reflexo de cada um, no sentido de cada um dos cidadãos, que sem isso o poder local não vai progredir, dizendo que se tem essa experiência ao longo de cinquenta anos, e todos os que são mais velhos, sabem que é uma situação que tem de ser mudada, onde a ANAM está a lutar para que isso mude. Disse que não pode esconder que será recandidato, achando que seria um ato de cobardia se não se sujeitasse a uma apreciação dos seus cidadãos daquilo que foi a sua atividade na Assembleia Municipal. Terminou recordando duas pessoas que moldaram a vida do Senhor Presidente da Assembleia. O seu avô, Manuel Vaz Pinto, falecido há cinquenta e três anos, republicano, vereador da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere, na primeira república. E o seu pai Manuel da Silva Casanova, o seu exemplo, a sua bússola, o seu porto, e aquele que continua a estar com ele todos os dias, mesmo não o vendo. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no seguimento da intervenção do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, agradecendo uma exceção, ao dirigir-se ao Presidente da Mesa da Assembleia, entende que teve a coragem e a capacidade de ser o melhor Presidente da Assembleia Municipal de Ferreira do Zêzere, querendo referenciar essa situação, dizendo que se há órgão que é importante em um Concelho é o da Assembleia Municipal, referindo que o Dr. José Casanova teve essa competência,



para elevar ainda mais o órgão que representa, querendo por isso agradecer o caminho que seguiu. O Senhor Presidente da Câmara procedeu à leitura da sua intervenção breve que segue na íntegra a seguir escrita: *“Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais, Senhores Presidentes de Junta, caras e caros munícipes, trabalhadores deste Município, comunicação social. Chegamos hoje à última Assembleia Municipal deste mandato. Este é sempre um momento simbólico que marca o fim de um ciclo democrático, mas também no nosso caso, a renovação de um compromisso com Ferreira do Zêzere. Foram quatro anos de trabalho sério, exigente e próximo da população. Quatro anos em que procuramos responder aos desafios do presente e lançar as bases para um Concelho mais coeso, mais desenvolvido, e mais atrativo. É com orgulho e também com humildade que partilho alguns dos marcos mais significativos deste percurso coletivo. Avançamos com a construção de uma nova escola que será um investimento decisivo na qualidade de ensino e na igualdade de oportunidades. Estamos a requalificar o Centro de Saúde, criando melhores condições, para quem lá trabalha e para quem lá é atendido. Lançamos a reabilitação da habitação social, e já como bem sabem, iniciamos os projetos de habitação a custos controlados, respondendo a uma das necessidades mais urgentes das famílias e dos jovens, o acesso à habitação. Concluímos a revisão do Plano Diretor Municipal, uma ferramenta que é estratégica, e que há anos era esperada, o que permitirá também planear o Concelho com maior inteligência e com maior sustentabilidade. Trouxemos o ensino articulado para o Concelho, permitindo aos alunos desenvolverem competências artísticas com qualidade e acesso local. Apostamos numa nova imagem urbana como a requalificação de arruamentos e espaços públicos. Requalificamos o espaço público de Dornes, e demos início à requalificação da Torre Templária, símbolo*



maior da nossa identidade e do nosso património histórico. Iniciamos também a construção das Infraestruturas da nova Praia Fluvial da Bairrada/Bairradinha, projeto que valoriza o território e reforça a nossa aposta no turismo sustentável, de excelência e também no lazer de qualidade. Ganhamos alguns prémios de referência e continuamos a ser uma Câmara que se destaca em muitos vetores de desenvolvimento. Somos uma Câmara sem dívidas, que paga a zero dias e que tem as contas em dia. Batemos recordes nos apoios à comunidade, ao movimento associativo e às IPSS's, porque acreditamos profundamente, no papel das instituições da nossa terra, que são motores de inclusão, cultura, desporto e solidariedade. E poderia aqui mencionar muitos mais. Estas são conquistas de todos. E repito, estas conquistas são de todos. Quero agradecer a todos os que de forma direta ou indireta contribuíram para este caminho. Aos membros desta Assembleia Municipal, independentemente da sua filiação política, agradece o debate plural e o respeito institucional. Às Juntas de Freguesia, parceiros de proximidade indispensáveis, aos Senhores Vereadores e aos membros do meu Gabinete de Apoio à Presidência, aos trabalhadores da Câmara e das entidades do Concelho e Intermunicipais, às associações, IPSS's, empresários, técnicos e voluntários. Desculpem se me esqueci de alguma pessoa, ou entidade. E claro, à população de Ferreira do Zêzere, que sempre nos acompanhou com exigência, confiança e sentido crítico. Sabemos que há muito a fazer, há muitos projetos em curso, como hoje mais uma vez ficou aqui explanado, há ambições legítimas e há novos desafios a enfrentar. Termina com uma palavra de gratidão. Foi e quero que continue a ser uma honra ser presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere." -----

INTERVENÇÃO ABERTA AOS CIDADÃOS -----



1. Intervenção e esclarecimento ao público nos termos do n.º 1 do artigo 49º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação. -----

O Senhor Vítor Mendes solicitou o uso da palavra e procedeu à leitura da sua intervenção que segue na íntegra a seguir escrita: *“Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia. Muito boa noite a todos os presentes. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Como se habituou a interromper as Assembleias sem motivo aparente, leva-me a perguntar-lhe, qual a razão para tal procedimento. A forma como alguns dos eleitos se movimentaram na última Assembleia por causa dessa sua interrupção, demonstra, que a sua intenção foi criar confusão e não permitir ouvir-se com a devida atenção o que os moradores têm para dizer. Aproveito para o chamar atenção que eu não sou gago. Por isso, o que eu disse deveria ter sido ouvido na íntegra e não aos bocadinhos. V. Exa., disse em Assembleia que este serviço da gravação e filmagem custa uma pipa de massa. Palavras suas. Então seria bom que o serviço fosse feito com igual qualidade para todos os intervenientes, não prejudicando quem efetivamente paga a fatura, os moradores. Sendo esta a última Assembleia antes do próximo ato eleitoral, aproveito para dar a conhecer a quem não leu a entrevista do Doutor Casanova ao jornal Despertar do Zêzere, onde aborda a Reposição da Freguesia de Pias. Que essa entrevista contém um conjunto de falsidades que mereceram a devida resposta em 16/05/2025 de alguns subscritores do abaixo assinado. A teia e a premeditação utilizada, deveria envergonhar os seus autores. A população de PIAS pode ter perdido esta batalha. Mas a guerra que os Senhores criaram ainda não terminou. Quem não respeita a Lei e a vontade Popular, quem utiliza a mentira para esconder a voz da população, não merece certamente o voto dos cidadãos. Espero que a população vos dê a devida resposta no dia 12. Senhor Presidente da Câmara. Muito*



haveria a dizer sobre a vossa enciclopédia eleitoral de 2021. Mas como o tempo é curto, gostaria que explicasse quando se prevê a conclusão das obras na Escola, Centros de Saúde, Habitações Sociais e Praia Fluvial? Como por aqui o tempo é muito precioso, explique lá quais são as ruas que vão ser alcatroadas e quando o serão? E também qual o valor da renda do Centro de Saúde de Areias? Para não perder muito tempo, dê-nos lá a conhecer o que está previsto ser realizado sobre o saneamento básico no Concelho? Mas explique agora, e não na próxima Assembleia. A razão é simples. Como vão existir eleições autárquicas, e como a Dialética política aponta, a natureza está em permanente transformação, e só no dia 12 de outubro se saberá quem ocupará a Presidência da Câmara. Na Assembleia de 20 de junho de 2025 o Senhor disse que não gostou das minhas palavras. No debate do Médio Tejo também disse que deve haver seriedade no que se diz. Ó Senhor Presidente da Câmara, estava-se a referir a si próprio, não estava! O Senhor enquanto músico sabe como fazer música, só que a sua música que aqui nos dá, é de muito má qualidade. Sabe porquê, é que a publicidade enganosa tem o tempo de duração. Os problemas só se resolvem quando são tomadas medidas concretas para os resolver. O Senhor que demorou 21 meses a responder a um requerimento. O Senhor que no dia 4, no debate parecia ter engolido uma grafonola. Aqui, tem problemas vocais, não responde às perguntas que lhe são feitas. A solução para o nosso Concelho não é mudar de cara, é sim, mudar de políticas e a CDU aqui está para dar resposta se a população assim o entender. Tenho dito". Solicitou permissão para transmitir uma pequena nota. "Como se continua a enveredar pela propaganda em vez da informação isenta, trago hoje aqui as palavras de JULIAN ASSANGE, ditas em 1 de outubro de 2024. A liberdade de expressão e tudo o que ela implica encontram-se numa encruzilhada perigosa.

Receio que, se instituições como a PACE não reconheceram a gravidade da situação, será demasiado tarde. Comprometamo-nos todos a fazer a nossa parte para garantir que a luz da liberdade e a busca da verdade perdurem e que as vozes de muitos não sejam silenciadas pelos interesses de poucos". -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, disse que ficou grato pela sua intervenção, e que como candidato deseja que o Senhor Vítor Mendes, tenha a melhor votação possível para que ocupe depois, aquilo para poderem fazer aquilo que o Senhor Vítor tanto andou a dizer, que o Senhor Presidente da Assembleia gostaria de vê-lo defender as posições que defende, e que tivesse uma votação que exprimisse a sua dinâmica. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, começou por dar conta de que as obras terão que ser finalizadas em dois mil e vinte e seis, estando claro nos respetivos contratos assinados. Relativo às ruas disse que fazia chegar por escrito aos Senhor Vítor Mendes, dizendo que foram ruas que tiveram que ser referenciadas para se poder ter os projetos de execução. Falando na renda do Centro de Saúde, disse que poderá rondar os quatrocentos euros. E em relação ao saneamento disse que em sede de referência de verbas no quadro, vinte trinta, tem lá uma ITI que se designa ciclo da água e que pegaram em setecentos e cinquenta mil euros, que serão aproveitados pela Tejo Ambiente, alocando mais verba, como é óbvio, efetuarem um conjunto de intervenções, naquilo que é o ciclo da água em Ferreira do Zêzere. Terminou dizendo que é o que pode dizer nesta altura. -----

O Senhor Eduardo José Ferreira Mendes, solicitando o uso da palavra, começou por cumprimentar todos os presentes, e aqueles que já se foram embora. Disse que os cinco minutos de intervalo foram muito inteligentes para desmobilizar. Referiu que qualquer jogador de uma equipa quando está a perder sabe fazer isso, dizendo que a



sua grande saudação vai para o público, para as pessoas que sem ganharem senha de presença, estão ali e que continuam. Não esqueceu para as pessoas que estão em casa e tem estado a enviar-lhe mensagens. Disse que as coisas não são como gostariam que fosse, mas sim como são. Quis salientar um momento político que aconteceu anteriormente, dizendo que foi bonito, ou que pelo menos começou muito bonito. O fora da caixa, absolutamente fora do regimento, absolutamente fora da ordem de trabalhos que ali se criou, valeu a pena como começou. Gostou de ver algumas pessoas a maneira como se dirigiram, a maneira como sentiram aquilo, que ali, bem ou mal, mas com todo o seu coração deram durante estes anos todos e que acompanhou alguns deles. Disse que na parte final, discordou. Referiu que o funcionário, titular de cargo público tem que exercer com absoluta isenção. Tomou nota dos recados do candidato José Casanova deu anteriormente, nomeadamente as coisas que apontou para o futuro que pretende efetuar. Achou muito bem que se façam, mas achou muito mal que o presidente candidato confunda os dois papéis. Passando para outro assunto e dando a ideia que se está a passar ao lado da gravidade do problema, dizendo que é questão da rotura das condutas nos Vales. Existem situações que não lhe preocupa, mas o que mais preocupa, é quando forem quatro ou cinco vidas, e se não forem mais. Disse que não são as fugas no alcatrão na EN 238, que o preocupam, são trinta centímetros de alta pressão, com depósitos de cem metros acima delas. Disse que perto de sua casa, costumam arrancar, três, quatro caminhões de tout-venant da estrada que vai para a Cabrieira, dizendo que aí sim, elas são extremamente perigosas, explicando que os primeiros calhaus entopem os acessos à ribeira e depois vem tudo para a estrada. E que de noite, aquela situação fica entre dois postes de iluminação. Os carros vêm de cima, e estando no meio de uma curva, não veem. Referiu que o que pode acontecer, e que será um carro a

travar a fundo quando se apercebe da situação, entra por cima dos calhaus rolados, mas que até agora felizmente, ainda nenhum voou lá para baixo para o lado da fonte. Referiu que isso se acontecer será que o 112 responde como respondeu da última vez, dizendo que não era com eles e que ligasse para a Câmara. Já tinha ligado para a Proteção Civil, mas as coisas estavam a andar devagar, explicando que os bombeiros chegaram lá, a GNR também, dizendo que são em dois sítios bastante afastados, e a GNR não consegue estar nos dois sítios ao mesmo tempo. Disse que aquela situação é muito grave, dizendo que nunca viu os responsáveis lá no local. E quando fala em responsáveis, fala nos políticos, no Presidente da Junta, o Presidente da Câmara. Os chefes de divisão que tenham a ver com o assunto, que vão e que vejam, pois se virem, vão sentir a gravidade da situação, dizendo que garantidamente irão pensar quem irá resolver a questão. O Senhor Eduardo emocionou-se a falar daquela situação, pois saltar da cama às duas da manhã e orientar o trânsito, ainda leva com um carro em cima, onde poderá ser ainda culpado de andar no meio da estrada. Disse que quando vive as coisas e as sente, não consegue estar com palavras melífluas e com discursos bonitos. Falando agora do assunto que pretendia falar e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, disse que tem tentado acompanhar a atividade da Câmara Municipal, mas que tem parado com uma dificuldade insuperável. Referiu que a última ata das reuniões de câmara publicada, e dirigindo-se para os presentes senhores deputados municipais, dos dois partidos, falando particularmente agastado do seu partido, onde recebeu recados bem-intencionados, para ser calmo, sossegado, dizendo que não pode falar daquele assunto fingindo uma pessoa que não é, e que está seriamente agastado com aquela situação. Vinte e sete de abril de dois mil e vinte e três, a data da última data, e que desde essa data mais nenhuma ata publicada da Câmara Municipal. Referiu que o





Código do procedimento administrativo, que não é meramente indicativo, obriga a que cada reunião, sendo o número um do artigo terceiro, que diz que em cada reunião é lavrada uma ata. O número dois, diz que estas são submetidas à apreciação, não uns meses depois, mas no final da reunião ou no início da reunião seguinte. Continuou mencionando o número seis, em que diz que as deliberações dos órgãos colegiais, dizendo que a Câmara é um órgão colegial, só se tornam eficazes, depois de aprovadas as respetivas atas ou depois de assinadas as minutas. Falou nas consequências, continuando a dizer que a eficácia das deliberações constantes da minuta cessa se a ata da mesma reunião não os reproduzir. Disse não ser jurista, mas não gosta daquelas brincadeiras. Solicitou aos Senhores Deputados Municipais que confirmasse o facto de não haver atas dois anos depois da data de reunião. Disse que pode estar a ler mal e que pode estar errado, dizendo que se aquela situação for verdade e está na lei, estão assim em situações graves e que estão a tratar de ânimo muito leve. Continuou dizendo que compete à Assembleia Municipal e nos termos da alínea a do número dois, artigo terceiro do Regimento da Assembleia Municipal, em que diz que deve acompanhar e fiscalizar a atividade da Câmara. Terminou com a seguinte questão, em que cuja resposta do Senhor Presidente da Assembleia Municipal pode acionar ou endossar no que toca ao Senhor Presidente da Câmara. Assim questionou, que diligências ou deliberações fez a presente Assembleia Municipal para assegurar a legalidade no que toca à aprovação e publicitação das atas da Câmara, bem como é que se propõe a Assembleia Municipal, sanar a situação impreterivelmente até ao termo do mandato, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal no uso da palavra, disse que quando o Senhor Eduardo Mendes estiver sentado na cadeira da Mesa da Assembleia



Municipal dirigirá a Assembleia Municipal, conforme muito bem quiser, ficando registado as palavras do Senhor Eduardo Mendes. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, começou por dizer que não lhe fizeram nenhuma questão, mas que clarificaria a situação. Disse que ainda no atual dia da sessão, autorizou trabalho extraordinário suplementar para atualizar e para colocarem a tempo as atas, referindo que não se crie uma tempestade num copo de água, dizendo que as minutas são assinadas por todos os vereadores, aquando do término das reuniões. Disse que efetivamente terão de efetuar um esforço suplementar para concluir essas atas, referindo que o atraso das atas acontece na grande maioria dos municípios, não querendo dizer com aquilo estar a desculpar-se, pretendendo sim sobretudo, que as pessoas entendam que não existe qualquer deliberação que seja colocada em causa, devido às minutas ser assinadas, com os senhores vereadores que estão ali presentes e que podem confirmar e que nunca também colocaram em causa, terminando assim a sua intervenção, voltando a referir a questão colocada pelo Senhor Eduardo Mendes foi colocada ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, no uso da palavra, e por extrapolação daquilo que o Senhor Presidente da Câmara Municipal acabou de referir, disse que o exemplo é o da Assembleia Municipal, dando conta de que todas as minutas são assinadas, dizendo que as minutas foram acordadas no início do mandato, que seria assim o procedimento daquela Assembleia Municipal. Em relação às Atas da Assembleia Municipal, referiu ter as mesmas em dia e que responderá por isso, mas o que diz respeito em relação à Câmara Municipal, disse que aquilo que tem acesso é precisamente às minutas que estão lavradas e que estão assinadas, dizendo que também pelo Código do Procedimento Administrativo, as

minutas são eficazes, tem eficiência jurídica, ao que o Senhor Presidente da Câmara interveio dizendo que as deliberações são assinadas e têm sido publicadas, dizendo que o que está em falta e que efetivamente necessitava de mais celeridade, mas daquilo que é o dia-a-dia do Município, nomeadamente a parte administrativa que ainda recentemente reforçou com mais um recurso humano, é difícil. Deu conta de que as minutas são assinadas, e as deliberações do Município são publicadas no site, terminando assim a sua intervenção. -----

O Senhor Francisco Oliveira solicitou o uso da palavra, começando por cumprimentar todos os presentes, pretendendo dedicar uma palavra à sua geração, que é a juventude, dando a nota de que é a geração que se arrisca a ser mais precária em relação à dos seus pais, e que ironicamente são a geração mais qualificada. Referiu que nos últimos quatro anos felizmente, a juventude foi ouvida por múltiplas vezes, dando diversos exemplos, nomeadamente a implementação de copos recicláveis, a criação do Festival Z, o reforço das bolsas de estudo, que já foi mencionado anteriormente, e que o atual governo pretende aumentar as propinas, e que curiosamente pretendem acabar com o limite máximo dos mestrados e que inclusive exista quem sugira recorrer a um sistema de empréstimos, para as famílias e os jovens se endividarem. Falou também na criação da Assembleia Municipal Jovem, a reativação do Conselho Municipal da Juventude, onde por diversas vezes falou com o Senhor Presidente e vereadores, para garantir que houvesse um espaço para a associação de estudantes na nova escola, mas também a existência do COJ, ficando feliz por ter ouvido anteriormente que essa situação irá ser uma realidade. Referiu que houve diversos momentos em que insistiu para a criação de um orçamento participativo no Concelho de Ferreira do Zêzere e que irá ser uma realidade. Irá juntamente com a juventude continuar a debater para que no

orçamento participativo exista uma rubrica de orçamento participativo jovem. Disse que quando se dá ouvidos à juventude, quando se ouve a juventude com ouvidos, todos ganham. Sempre disse ao longo dos últimos anos e que irá sempre continuar a insistir, de que é necessário fazer mais, havendo ainda muito por fazer. Sendo Ferreira do Zêzere, um Concelho do interior, tem as suas dificuldades para a fixação de jovens, para que queiram voltar, ter empregos, constituir família, e viver em Ferreira do Zêzere. É um desafio que Ferreira do Zêzere enfrenta, tal como outros Municípios do interior, pelo que é necessário apostar na juventude para combater a desertificação. Referiu que é necessário que os jovens participem mais na política do Concelho, que sejam incluídos nas tomadas de decisão, fortalecendo de que é necessário dar incentivos às empresas do Concelho, para que elas consigam contratar jovens qualificados, principalmente aqueles que saíram da terra para ir estudar. Mas tudo isto é necessário criar condições no Concelho para que possam ficar em Ferreira do Zêzere, dizendo que só incluindo os jovens nas tomadas de decisão é que se pode planear e falar do futuro do Concelho, sendo essa situação que tem de unir a todos, independentemente da força política, olhando para o futuro, e apostando nos jovens. Disse que não basta aos partidos, aos adultos, virem para as Assembleias Municipais falar sobre a juventude, sendo necessário falar com a juventude, e acima disso ouvir a juventude. E só assim poderão começar a fazer diferente. Referiu que independentemente de quem saia vencedor nas eleições no próximo mês, o que realmente deseja é que o próximo executivo continue a efetuar o serviço de proximidade com os jovens, a fazer mais pelos jovens, devido a saírem todos a ganhar, terminando assim a sua intervenção. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal agradeceu a presença de todos, e falando nas eleições, irão devolver a

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

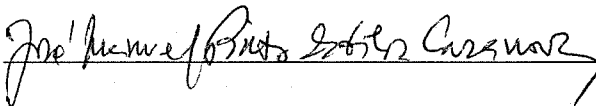
ATA n.º 4/2025

SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 2025-09-19

Página 56 de 56

palavra ao povo, que é soberano e decisor, quanto ao destino do Município, dando por encerrada a sessão, pelas vinte e três horas e trinta e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Municipal. -----

José Manuel Pinto da Silva Casanova



Carlos Ferreira Salgado

Maria Fernanda Gaspar de Moura

